Boletim

MULHERES FLUMINENSES

CEPERJ

Governador
Wilson Witzel

Vice-governador
Claudio Castro

Secretário de Estado da Casa Civil e Governança
José Luís Zamith

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
Bruno Schettini

Fundação CEPERJ

Órgãos de direção:
Presidência
Márcia Cristiane de Andrade

Vice-Presidente
Mario de Araujo Almeida Neto

Órgãos Executivos:
Escola de Gestão e Políticas Públicas
Leonardo Mazzurana

Diretoria de Concursos e Processos Seletivos
Leonardo Tognoc

Diretoria de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Institucional
Roberto Cavalcanti Vianna

Diretoria Administrativa e Financeira
Ricardo Vilalba

Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas
Rosana Fernandes

Coordenadoria de Políticas Sociais
Marcos Thimoteo Dominguez (org.)

Autores e equipe técnica envolvidos
Claudionor de Almeida Geremias- COPOS
Monique Rocha do Nascimento - COPOS
Vanessa Gomes Pereira - COPOS
Chayenne Furtado de Souza - COGEO

Programação Visual
Sandra Fioretti Costa

O **Boletim de Mulheres Fluminenses** é uma Publicação do Centro de Estatísticas Estudos e Pesquisas - CEEP
e-mail: ceep@ceperj.rj.gov.br
tel: (021) 2334-7314
www: ceperj.rj.gov.br

ISBN: 978-85-68879-02-3

SUMÁRIO

5 INTRODUÇÃO

6 DEMOGRAFIA

14 EDUCAÇÃO

20 SAÚDE

28 MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

32 MERCADO DE TRABALHO

40 SEGURANÇA PÚBLICA

42 Violência contra a mulher

46 População carcerária feminina

54 APONTAMENTOS FINAIS

58 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

60 ANEXO I - Lista de Temas e Variáveis

INTRODUÇÃO

No dia 08 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Ao longo das últimas décadas muito se produziu em pesquisas e estudos sobre as inúmeras dimensões da vida da população feminina no mundo e no país. Oportunidades iguais de trabalho, acesso à educação e à saúde, segurança e combate à violência doméstica, moral e sexual são facetas de lutas históricas pelo reconhecimento, participação e autonomia política das mulheres. Avanços no campo do direito e das garantias sociais devem ser celebrados. Porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a data indicada seja efetivamente símbolo da consolidação do espaço da mulher na sociedade.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), a Fundação CEPERJ, no seu papel de instituição de estatística, pesquisa e ensino, chama atenção para temáticas cruciais ao bem-estar e à qualidade de vida da população fluminense, espacialmente entre os grupos mais vulneráveis social e economicamente.

O presente estudo tem como objetivo organizar e divulgar num único ambiente informações referentes à realidade socioeconômica e demográfica da população feminina no ERJ. Mesmo não sendo uma abordagem profunda sobre gênero, visa-se apresentar algumas características particulares e importantes em relação à vida das mulheres no estado, cujo comportamento de variáveis e de indicadores merecem, assim, um olhar atento por parte dos gestores estaduais, pesquisadores e da sociedade civil.

Da mesma forma, vale alertar para o fato dos dados terem sido agregados para o conjunto do estado, não sendo realizado nenhum recorte territorial intrarregional ou municipal. Essa adoção metodológica tem como agente limitador as fontes e bases de dados disponíveis, cujo impacto reflete uma generalização de indicadores e fenômenos sociológicos para uma escala espacial única, sobrepondo-se às diferenças territoriais e entre grupos sociais.

Adotando um formato prático e de fácil divulgação e leitura, o **Boletim Mulheres Fluminenses** está organizado por meio dos seguintes temas: Demografia, Saúde, Educação, Trabalho, Renda e Pobreza, Mulheres nos Espaços de Representação Política e Segurança Pública. Na parte final do texto é apresentado apontamentos conclusivos com a elaboração de um quadro síntese iluminando os principais pontos de destaque sobre a condição socio-econômica da população feminina fluminense.

A proposta é transformar esse trabalho em uma publicação periódica e permanente, de forma a consolidar linhas de estudos sobre gênero e incentivar o acompanhamento de políticas públicas destinadas a esse público no ERJ.

DEMOGRAFIA

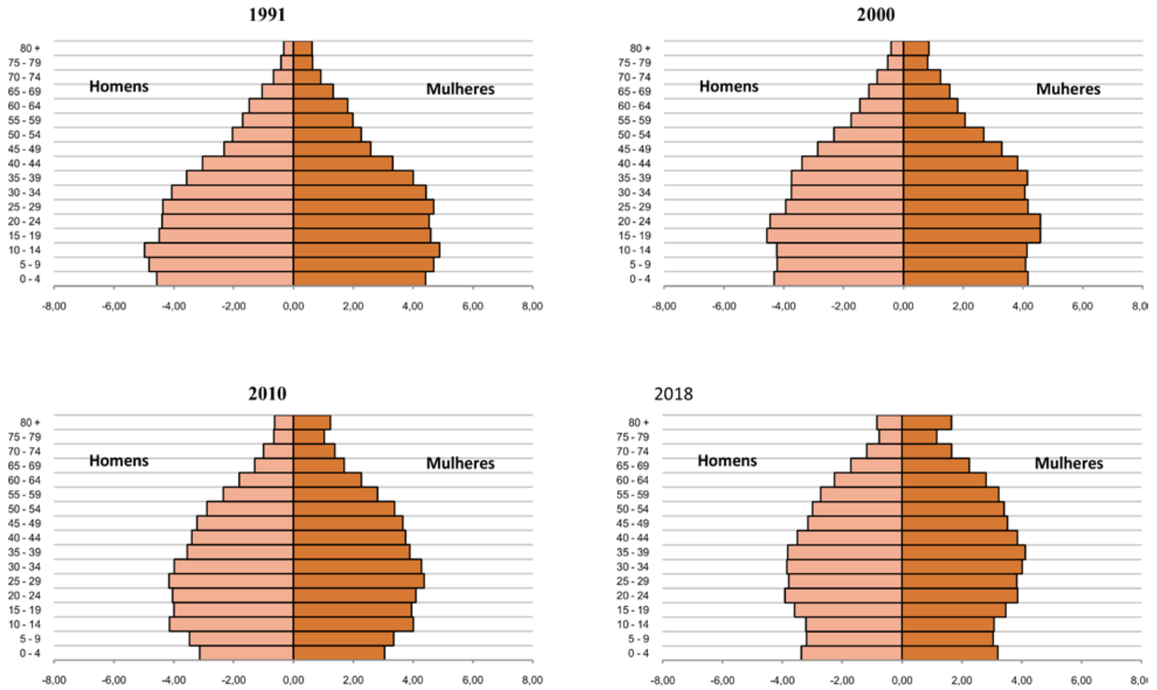
A estrutura demográfica do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) é a primeira dimensão de análise que será tratada no presente estudo. Neste tópico, lidaremos com o perfil demográfico da sociedade fluminense, com destaque para o comportamento da população feminina nos últimos anos. Os dados foram extraídos das Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Para os gráficos relativos à esperança de vida ao nascer, foi utilizado a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em termos de estrutura etária geral é possível observar, ao longo das décadas, mudanças no padrão demográfico entre homens e mulheres. Na figura a seguir estão presentes as pirâmides etárias do ERJ. Os dados estão organizados por faixas etárias e resultam dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Para o ano de 2018, foram calculadas estimativas para fins de análise comparativa.

Observa-se um processo de envelhecimento tanto de homens como de mulheres (parte superior da pirâmide) com o respectivo encolhimento dos grupos de menor idade e alargamento da área central da pirâmide. Porém, a partir de um olhar comparativo entre as décadas, nota-se um aumento da população feminina em diversas faixas etárias, com maior destaque para os idosos. De acordo com as estimativas de 2018, a população acima de 60 anos feminina superou em 1,4 vezes a população masculina.

Em relação às taxas de fecundidade total (TFT), o ERJ vem apresentando comportamento abaixo da média registrada para o Brasil, em 2018 (ERJ, 2018). A TFT no estado foi de aproximadamente de 1,74 filho por mulher, valores inferiores a 2,1, tratados como limite mínimo para assegurar a reposição populacional em uma unidade territorial (RIPSA, 2008).

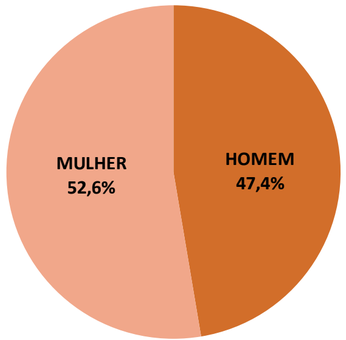
Figura: pirâmides etárias da população do ERJ



Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991-2010, projeção da População

Agora, em relação aos aspectos gerais da demografia fluminense, em 2017, as mulheres representavam 52,6% do total do Estado (cerca de 8,8 milhões de mulheres), conforme aponta o gráfico 1.

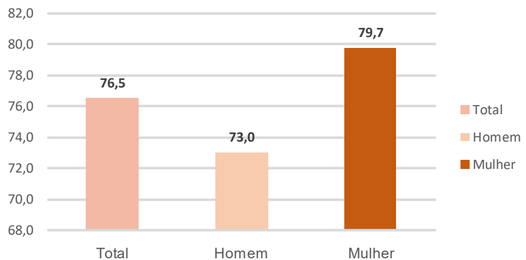
Gráfico 1:
Percentual de População do ERJ, por sexo - 2017



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores

Confirmando o padrão apresentado pelas pirâmides etárias, verifica-se nas médias de "esperança de vida ao nascer"que as mulheres somam até seis anos a mais de expectativa em relação aos homens. Em 2017, as mulheres viviam em média 79,7, contra 73 anos do público masculino. Como resultado, considerando os dados da PNAD Contínua, as mulheres refletiam, em 2017, 58,6% do grupo etário acima de 60 anos, valores superiores aos homens, 41,4%.

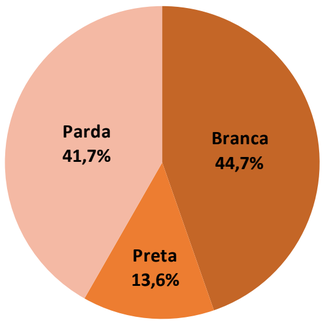
Gráfico 2:
Percentual de Esperança de Vida ao Nascer no ERJ - 2017



Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais

Partindo para a análise sobre os atributos demográficos do estado, especificamente em relação a cor ou raça da população, em 2017, 44,7% das mulheres fluminenses se autodeclararam brancas. No mesmo ano, 41,7% se autodenominaram pardas e 13,6%, pretas.

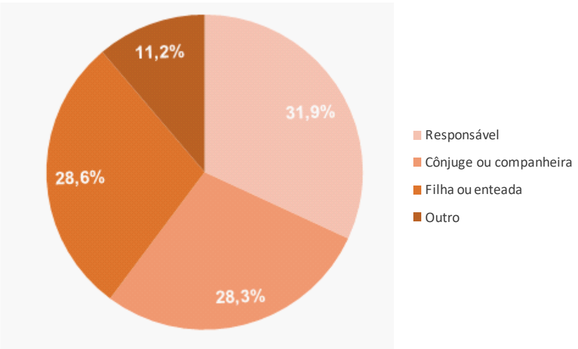
Gráfico 3: Distribuição percentual da população feminina do ERJ, por Cor ou Raça - 2017



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores

Além disso, conforme mostra o gráfico 04, no total da população feminina presente nos domicílios fluminenses, 32% afirmaram ser responsáveis pelo sustento do lar; 28,3% disseram ser cônjuges; enquanto 28,6% se colocaram como filhas ou enteadas.

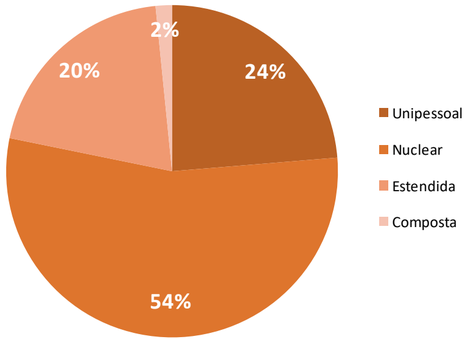
Gráfico 4: Percentual de mulheres, por condição no domicílio, no ERJ - 2017



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores

Dos domicílios chefiados por mulheres, de acordo com a PNAD Contínua, 24% organizam-se no formato unipessoal, ou seja, constituídos por somente uma pessoa. As estendidas, aquelas constituídas pelo responsável e um ou mais parentes, representaram 20% dos domicílios.No caso das famílias nucleares, aquelas constituídas pelo chefe de família mais um cônjuge e/ou parente, os mesmos representavam 54% do total. Somente 2% eram formados por categoria composta, que são as famílias constituídas por duas pessoas ou mais, sem grau de parentesco.

Gráfico 5: Domicílios Chefiados por Mulheres, no ERJ - 2017



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores

O conjunto de dados demográficos confirmou a maioria absoluta da população feminina sobre masculina, com forte presença percentual no grupo de idosos com idade superior a 60 anos. As mulheres possuem expectativa de vida de 79,7 anos, contra 73 anos de média entre os homens, ou seja, somam 06 anos de diferença.

No que tange ao atributo cor ou raça, a maioria das mulheres fluminenses se auto declarou parda ou preta e do total da população feminina que vive nos domicílios no ERJ, aproximadamente 1/3 afirmaram são responsáveis pelo sustento de seus lares.

Assim, ao se falar em bem-estar da população, o primeiro passo é reconhecer o perfil demográfico diversificado entre as mulheres no estado. Os fatores idade, cor e posição familiar, entre outros, devem ser levados em conta, de forma que os programas e as políticas públicas promovam tanto a equidade de gênero, quanto a igualdade entre os próprios grupos de mulheres e suas especificidades.

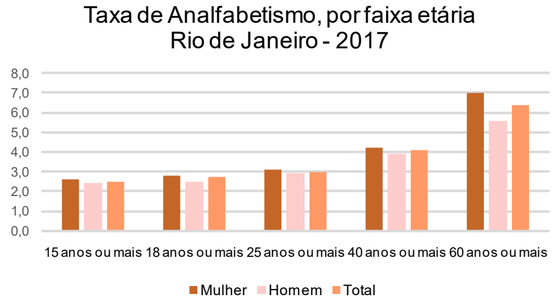
EDUCAÇÃO

Nesta seção trataremos das informações relativas à dimensão da educação, comparando os diferentes componentes entre mulheres e homens.Além das bases da PNAD Contínua, serão tratados os dados do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O intuito deste tema é investigar o acesso à educação por parte das mulheres e, ao mesmo tempo, a permanência e a continuidade desses grupos nos estudos.

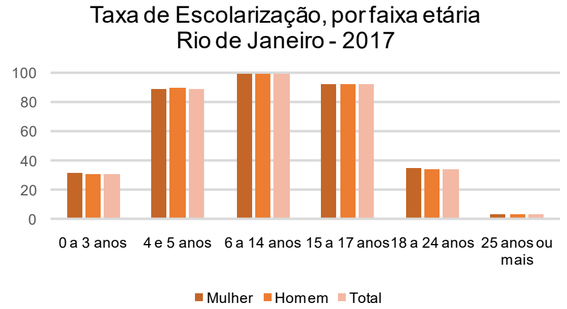
Partindo da taxa de analfabetismo, em todas as faixas etárias o percentual entre as mulheres é maior quando comparado aos homens. A diferença entre os sexos aumenta proporcionalmente com o avanço da idade, sendo mais acentuada na população idosa (gráfico 6). Em contrapartida, no que se refere à taxa de escolarização - percentual de pessoas que frequentam escola ou creche no total da faixa etária -, os valores ficaram equilibrados entre os sexos. As maiores taxas de escolarização concentram-se na faixa etária entre 4 a 17 anos.

Na relação entre idade e frequência escolar dos alunos, percebe-se que no ensino fundamental a população entre 6 a 14 anos possuía, em 2017, taxa próxima a 100% de frequência, enquanto no ensino médio esse percentual cai para 70%. O indicador no ensino superior apresenta condição ainda menor, abaixo de 30%. Contudo, em todas as categorias as mulheres possuem taxas de frequência escolar acima dos valores masculinos.

Gráfico 6: Taxa de Analfabetismo e Escolaridade, por faixa etária, no ERJ – 2017

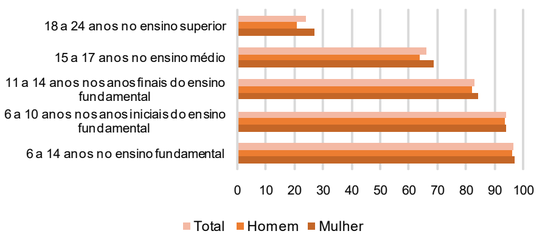


Fonte: PNAD Contínua



Fonte: PNAD Contínua

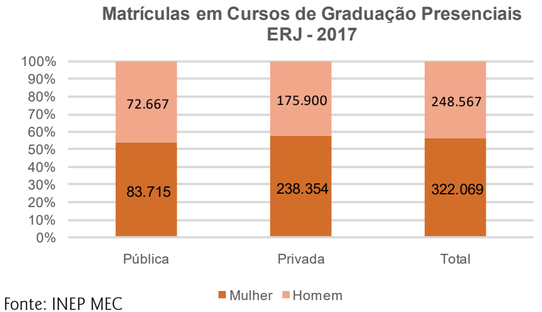
Gráfico 7: Taxa Ajustada de Frequência Escolar Líquida (%) no ERJ - 2017



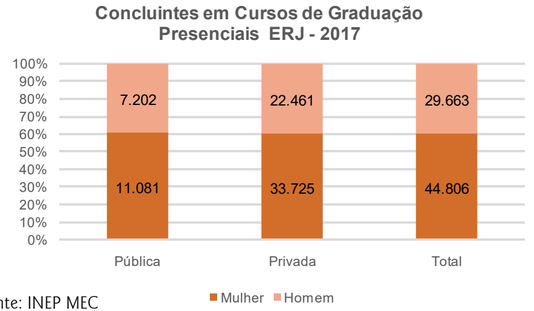
Fonte: PNAD Contínua

No total do número de matrículas na rede de ensino, o gráfico 08 demonstra que, em 2017, as mulheres detinham mais de 50% do número de matrículas nos cursos de graduação presenciais, e refletiam 60% do total de concluintes. Parte da literatura especializada acredita que uma hipótese para essa distinção reside no fato de que o jovem de sexo masculino, por necessidade socioeconômica de sua família, é obrigado a inserir-se precocemente no mercado de trabalho e, por não conseguir conciliar as atividades laborais com os estudos, acaba por evadir do universo escolar (RIFFE, MALACARNE, 1996; IBGE, 2014).

Gráfico 8: Matrículas e Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais no ERJ– 2017



Fonte: INEP MEC

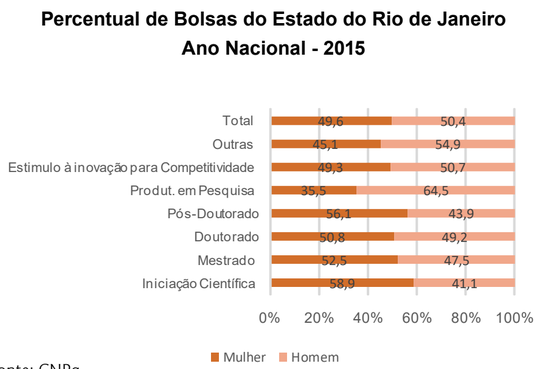


Fonte: INEP MEC

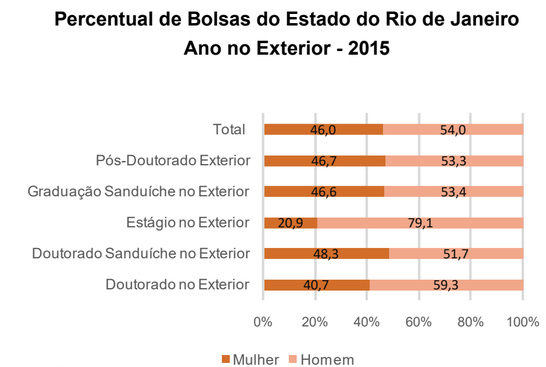
Agora, quando analisadas as oportunidades de financiamento de bolsas de estudos e pesquisa no âmbito nacional e internacional, também é possível confrontar alguns parâmetros. Em relação aos cursos de graduação e pós-graduação no ERJ, há um equilíbrio em termos de percentuais de bolsas pagas, com uma pequena vantagem entre as mulheres.

Contudo, no quesito "Produtividade em Pesquisa", recurso destinado a pesquisadores já formados, os números publicados pelo CNPQ demonstraram que os homens, no ERJ, receberam 64,5% do total de bolsas nacionais nesta modalidade, em 2015.

Gráfico 09: Percentual de Bolsas Nacionais e no Exterior no ERJ - 2015



Fonte: CNPq

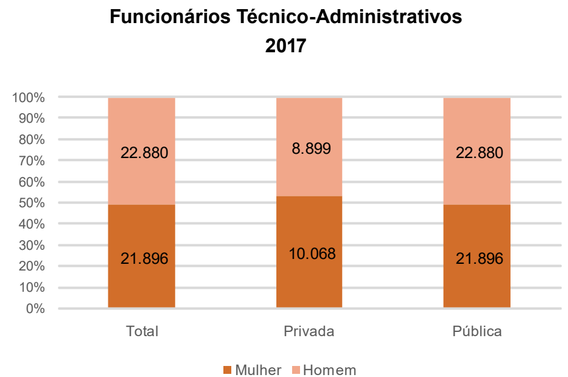


Fonte: CNPq

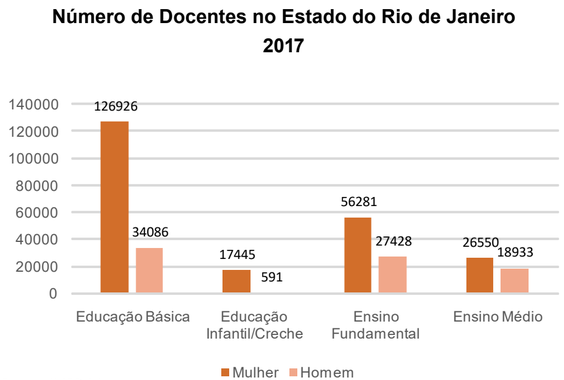
Agora, considerando o percentual de bolsas de estudo no exterior, apresentado no gráfico 09, há uma clara desigualdade na concessão de benefícios na comparação entre os sexos. No estado, praticamente em todas as modalidades os homens superam as mulheres, sendo o item "estágio no exterior" o caso mais acentuado. Uma explicação possível pode ter a ver com o perfil das áreas que contam com um mercado científico mais amplo no país e no mundo. Por exemplo, cursos de engenharia, medicina, ciência da computação, entre outros possuem maior aceitação em editais de financiamento, intercâmbio e investimentos em pesquisa. Contraditoriamente, são os cursos e áreas do conhecimento com o menor número de mulheres e pesquisadoras (IBGE, 2017).

No caso das informações sobre profissionais que atuam no setor de educação no ERJ, em 2017, há uma equidade de sexo entre funcionários técnicos-administrativos nas universidades fluminenses. Já o número de docentes na educação pública estadual é formado em grande parte por professoras. Na educação básica, as mulheres somam 126.926 docentes, e os homens apenas 34.086. Na educação infantil e creche, as mulheres são quase 100% do total. Nos ensinos fundamental e médio, a distância entre os sexos é menor, porém a maioria de docentes mulheres permanece.

Gráfico 10: Número de Funcionários Técnico-Administrativos e Docentes nas instituições de ensino superior do ERJ - 2017



Fonte: INEP Mec



Fonte: INEP Mec

A temática "Educação" demonstrou que as mulheres possuem anos de estudo e frequentam a escola por mais tempo, além de possuir percentual de conclusão do ensino superior acima dos homens. Apesar de ser detentora das maiores taxas de analfabetismo, principalmente entre a população idosa. Tal fato sugere que as gerações mais novas de mulheres vem contando com maiores oportunidades de acesso à educação e à universidade.

O número de mulheres concluintes na graduação ficou acima do total de homens, em 2017, com um percentual de 60% de conclusão. Porém, essa vantagem não é acompanhada de oportunidades de financiamento de bolsas de estudo e pesquisa no Brasil e, principalmente, no exterior. Parece que o mercado de trabalho no campo científico ainda necessita de maior democratização no acesso por parte das profissionais graduadas e pesquisadores do sexo feminino.

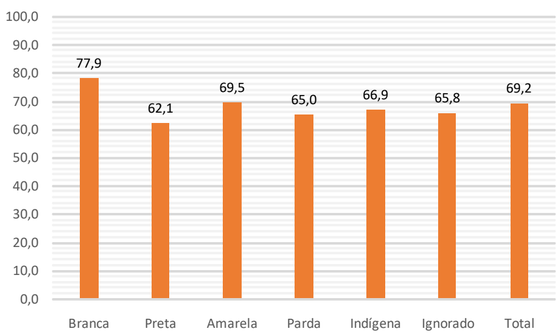
SAÚDE

Para análise das condições de saúde da população feminina do ERJ foram levantados dados que retratam a estrutura e a assistência do serviço de saúde no estado. As informações foram extraídas do DATASUS, plataforma digital do Ministério da Saúde. O primeiro ponto de destaque refere-se à proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram o acompanhamento pré-natal de forma adequada, ou seja, com sete ou mais consultas durante a fase de gestação.

No total das gestantes no ERJ, em 2016, 69,2% tiveram cobertura adequada.Porém, se levarmos em conta o atributo da cor da mãe, daquelas que realizaram sete ou mais consultas pré-natal, 77,9% se autodeclaram brancas, 65% se consideraram pardas e, 62%, negras.Há, assim, uma situação de desigualdade social na oferta e no acesso a cobertura do serviço pré-natal com relação direta com o fator cor da pele.

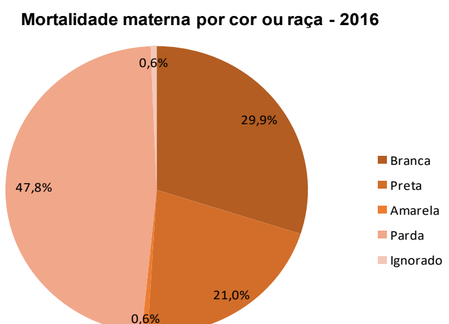
No tocante a mortalidade materna, e novamente relacionando-a com o atributo cor, verifica-se que o porcentual de óbitos mais elevado se encontra entre as mulheres que se auto declararam pardas, representando 47,8% do total, seguidas pelas brancas, 29,9%, e, por fim, as mulheres autodenominadas pretas, 21%.

Gráfico 11: Proporção de Nascidos Vivos cujas mães tiveram sete ou mais consultas durante o pré-natal, por cor ou raça da mãe, no ERJ - 2016



Fonte: DATASUS. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Gráfico 12: Mortalidade materna por cor ou raça, no ERJ 2016

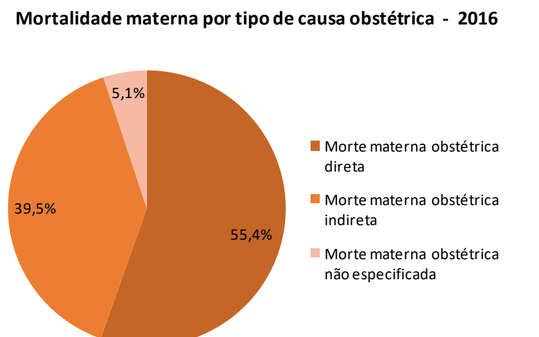


Fonte: DATASUS. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

No caso das mortes por causa obstétrica, 55,4% das ocorrências foram por causas diretas - aquelas que ocorrem por complicações obstétricas durante gravidez, parto ou devido a intervenções, omissões, tratamento incorreto durante esse período. A mortalidade por causa indireta - quando a causa da morte já preexistia antes da gravidez - representaram 39,5% dos casos, em 2016.

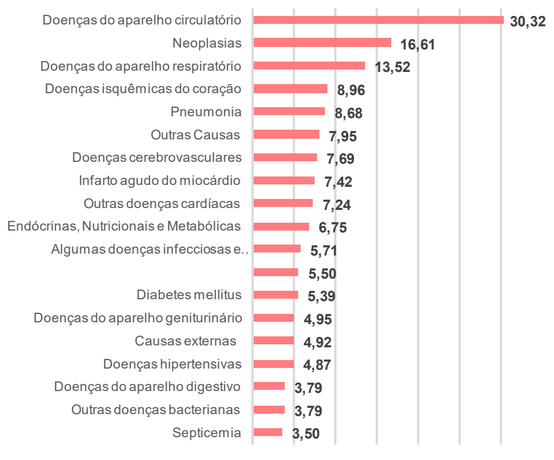
Na totalidade de mortes entre as mulheres (Gráfico 14), porém, as doenças do aparelho circulatório refletem o principal grupo de causas, assim como os homens. Somente em 2016, 20 mil mulheres vieram a óbito por esse tipo de doença. O segundo lugar em mortalidade ficou por conta dos registros de neoplasias (tumores): mais de 11 mil casos, somente em 2016. Em terceiro lugar estão as doenças do aparelho respiratório, que registraram 9 mil casos, no mesmo ano.

Gráfico 13: Mortalidade Materna por tipo de causa obstétrica, no ERJ - 2016



Fonte: DATASUS. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Gráfico 14: Mortalidade de doenças mais frequentes entre a população do sexo feminino, no ERJ - 2016

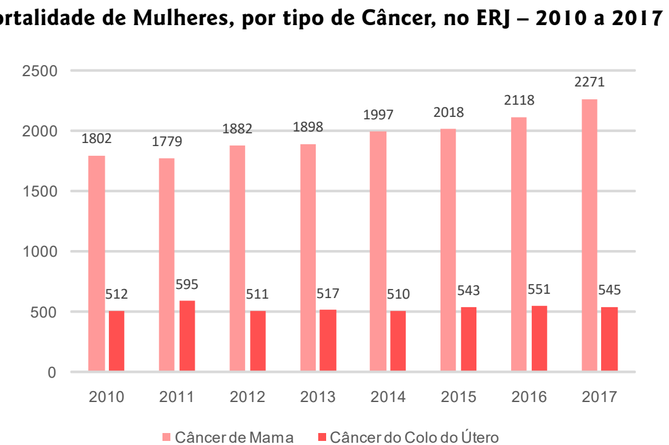


Fonte: DataSUS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
Nota: Dados Preliminares de 2017.

O gráfico 15 ilustra o número de óbitos por neoplasias, porém, a partir dos casos de câncer de mama e de colo do útero. Em relação ao câncer de mama,os dados mostraram um crescimento nas ocorrências ao longo dos últimos anos. Em 2017, por exemplo, foram mais de 2 mil casos de mortes deste tipo.

É preciso verificar as razões desse aumento de registros, descobrir se resulta simplesmente do fator idade e do envelhecimento, ou se há problemas de diagnóstico, de acompanhamento médico e de tratamento adequado ofertado pelos serviços de saúde.

Gráfico 15: Mortalidade de Mulheres, por tipo de Câncer, no ERJ–2010 a 2017



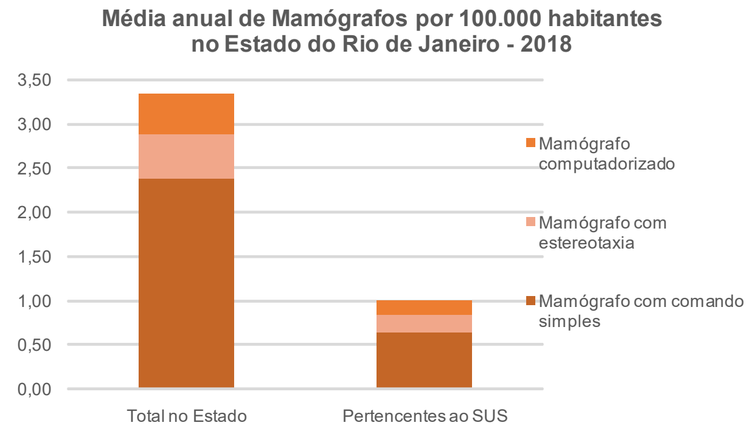
Fonte: DataSUS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Nota: Dados Preliminares de 2017.

Em termos de prevenção, uma forma de mensurá-la, pelo menos parcialmente, se dá por meio do indicador "média anual de mamógrafos disponíveis por 100 mil habitantes (100mil/hab.)", seguindo o método de cálculo estabelecido pela RIPSA[1]. Assim, a média total do estado, em 2018, considerando a soma da rede privada com a rede pública, foi de 3,34 mamógrafos por 100 mil/hab., indicador bem acima do parâmetro mínimo definido pelo Ministério da Saúde,0,42. Agora, considerando apenas os equipamentos disponíveis no SUS, a média estadual é de 1,00 mamógrafo por 100mil/hab.

A própria RIPSA, no entanto, alerta para a possibilidade de dupla contagem dos equipamentos (computadorizado, simples etc.), já que muitas vezes não se distinguem essas especificações nas bases de informação. Dessa forma, tratando apenas dos mamógrafos de comando simples, a taxa do SUS no ERJ reduz para 0,64 mamógrafo por 100 mil/hab.

Gráfico 16: Média anual de mamógrafos por 100mil/hab, no ERJ – 2018



Fonte: DATASUS. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

IBGE. Estimativas de População
Notas: Metodologia de Cálculo RIPSA
*Os parâmetros definidos pela Portaria GM nº 1.101, de 12/06/2002, são: Mamógrafo: 1 por 240.000 habitantes (ou 0,42 por 100.000 habitantes)
**Há possibilidade de dupla contagem em relação a mamógrafos, que podem ser registrados simultaneamente como simples e como com estereotaxia.
***Embora mamografias geralmente sejam realizadas apenas em mulheres e a partir de determinada idade, o denominador utilizado no parâmetro da portaria GM nº 1.101 é a população total.

[1]Rede Interagencial de Informação para a Saúde - RIPSA

Este capítulo traz alguns elementos relativos à saúde da mulher fluminense, traçando um perfil da mortalidade e da cobertura de atendimentos especializados. O percentual de consultas pré-natal, no geral, atende aos parâmetros considerados adequados de assistência e de prevenção à saúde, com a maioria das gestantes no estado realizando ao menos 07 consultas pré-natal durante a gravidez.

Porém, ao considerar o atributo cor ou raça, nota-se um maior acesso ao serviço por parte das mulheres autointituladas brancas. Da mesma forma, a mortalidade materna impacta em graus distintos as mulheres dependendo da cor de pele. A soma dos percentuais de óbitos entre as pardas e as pretas totaliza 68,8% dos casos, evidenciando um quadro de maior vulnerabilidade social por parte destes grupos.

A principal causa de morte na população feminina são as doenças do aparelho circulatório, seguindo o mesmo padrão epidemiológico do conjunto da sociedade. Em segundo lugar estão as neoplasias. Neste plano, muito atenção deve ser dada aos casos de câncer de mama, que vem apresentando comportamento crescente nos registros anuais.

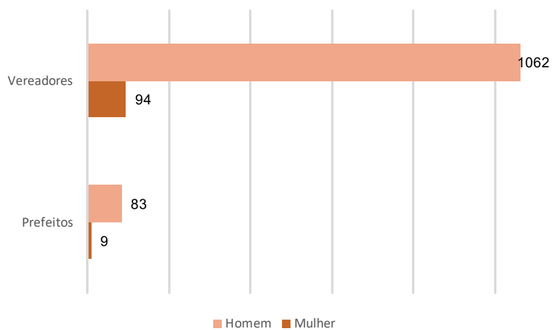
O ERJ aparentemente possui uma boa média de mamógrafos por 100 mil habitantes, contudo, com valores distintos quando separados os equipamentos por sistemas de saúde público e privado, com uma melhor condição de oferta neste último.

MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Para demonstrar a representatividade feminina nos espaços de representação política e da administração pública foram selecionados dados relativos aos cargos ocupados no legislativo e no executivo das esferas federal, estadual e municipal. Além de informações sobre o funcionalismo estadual.

No caso do Rio de Janeiro, em 2016, o número de vereadoras eleitas em todo o território fluminense foi onze vezes menor que o quantitativo de homens, representando apenas 8,13% do total das vagas ocupadas. Das 92 prefeituras do estado, foram eleitos 83 prefeitos homens, contra apenas 09 prefeitas.

Gráficos17: Vereadores e Prefeitos eleitos nos Municípios do ERJ – 2016

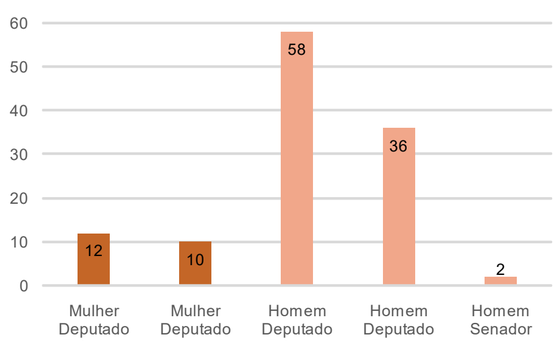


Fonte: TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Perfil do Eleitorado 2016

No pleito de 2018, do número total de vagas para deputado estaduais, apenas 12 foram preenchidas por mulheres, enquanto 58 homens se elegeram nessas eleições. No âmbito do congresso nacional, o ERJ elegeu somente 10 deputadas federais, número bem abaixo dos 36 deputados e 2 senadores do sexo masculino.

Mesmo com o disposto no Art.10, §3, da Lei 9.504/1997, que trata da obrigatoriedade dos partidos políticos preencherem com o mínimo de 30% seus quadros com candidaturas femininas, nota-se que, por mais que essas vagas sejam garantidas, efetivamente a inserção de mulheres no legislativo ficou aquém do que poderia ser considerado ideal, representando não mais que 20% do total de parlamentares eleitos em 2018.

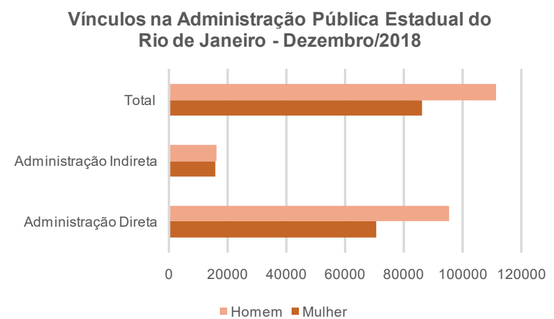
Gráfico 18: Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores eleitos no ERJ - 2018



Fonte: TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Perfil do Eleitorado 2016

Por fim, olhando para o perfil dos servidores públicos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, e de acordo os dados publicados Caderno de Recursos Humanos do governo[2], em 2018 o número de vínculos na administração direta era composto majoritariamente por homens, totalizando 57% do funcionalismo estadual. Por sua vez, os setores da Educação e da Segurança Pública[3] representaram 88% do total de servidores do estado.

Gráfico 19: Vínculos na Administração Pública do ERJ Dezembro/2018



Fonte: SEPLAG/SUBGEP. Caderno de Recursos Humanos

[2]Dados referentes a fevereiro de 2018. Publicados pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas, SEFAZ.
[3]Polícia Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, quadros da Secretaria de Estado de Segurança Pública e órgãos vinculados.

De qualquer forma, está claro a presença de um longo caminho a ser percorrido na direção do equilíbrio e do maior acesso por parte das mulheres nos espaços de poder institucional no país. Da mesma forma, urge ampliar a participação da mulher nas representações políticas, seja no poder executivo como no legislativo. A situação no ERJ é de forte desigualdade entre homens e mulheres. Evidenciando que a legislação que garante pelo menos 30% de candidatos de qualquer sexo nos pleitos e campanhas eleitorais não tem obtido resultados efetivos.

Na administração pública estadual, principalmente na direta, a condição é semelhante, com os números oficiais de governo apontando a presença de um maior contingente de servidores públicos do sexo masculino, que representam aproximadamente 57% dos servidores estaduais.

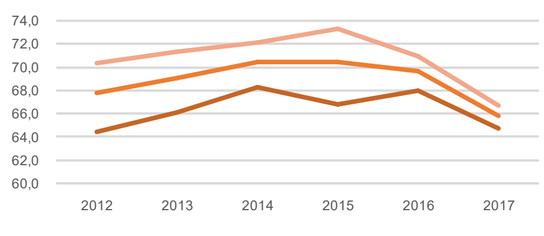
MERCADO DE TRABALHO

A seguir, abordaremos as características e a participação da mulher no mercado de trabalho fluminense. Deseja-se, por meio de dados coletados sobre ocupação, emprego formal e setores da economia verificar a prevalência de desigualdades entre mulheres e homens, especificamente no acesso ao emprego e à renda.

Os primeiros dados apresentados referem-se ao total de pessoas ocupadas, neste caso tendo como fonte de consulta os cadernos PNAD sobre pobreza e trabalho. Ao todo são 4,1 milhões de homens e 3,2 milhões de mulheres classificados como ocupados no momento da pesquisa, em 2017. Ou seja, uma diferença percentual de 12% entre sexos no estado.

Levando em conta a proporção de pessoas com vínculos formais de trabalho, a partir de 2012, nota-se dois movimentos distintos. De acordo com a PNAD Contínua, entre 2012 e 2014, ocorreu o aumento total do percentual de "pessoas de 14 anos ou mais ocupadas" no trabalho formal. Porém, após 2014, o percentual de mulheres inicia um processo de queda, que só passará a afetar os homens em 2016 (Gráfico 21). De 2016 a 2017, com a acentuação da crise econômica fluminense, há uma redução na participação na taxa de ocupação em ambos os sexos, sendo que entre as mulheres os valores se mantiveram abaixo dos patamares da população masculina durante toda a série histórica, chegando a 64,8%, em 2017.

Gráfico 21: Proporção de pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas em trabalho formais no ERJ – 2012 a 2017

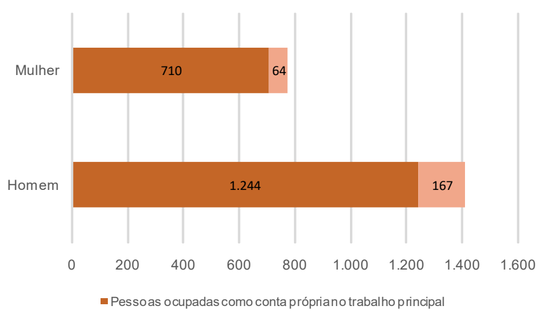


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Analisando especificamente o setor privado da economia, com exceção dos trabalhadores em serviços domésticos, há uma maior presença de empregados homens em relação às mulheres, com um saldo positivo de 1,2 milhões trabalhadores do sexo masculino (PNAD Contínua, 2017).

Dentro desse universo privado, ao todo existem 1,244 milhões de trabalhadores por conta própria do sexo masculino, enquanto 710 mil são de mulheres. No gráfico 22, tratando do quantitativo de empregadores, o ERJ possuía, em 2017, 167 mil homens empregadores e apenas 64 mil mulheres, uma diferença de 103 mil pessoas. Percentualmente, apenas 2% entre as mulheres no setor privado são empregadoras, metade do percentual de homens, que chegou a 4% no mesmo ano.

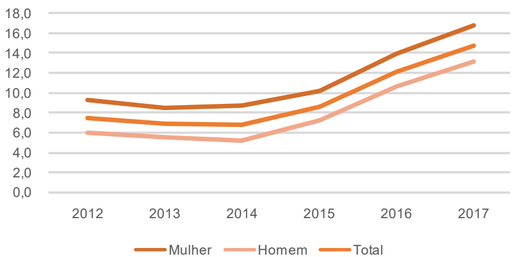
Gráfico 22: Pessoas Ocupadas como conta própria ou empregador no ERJ (Mil Pessoas) – 2017



Fonte: PNAD Contínua. Características adicionais do mercado de trabalho

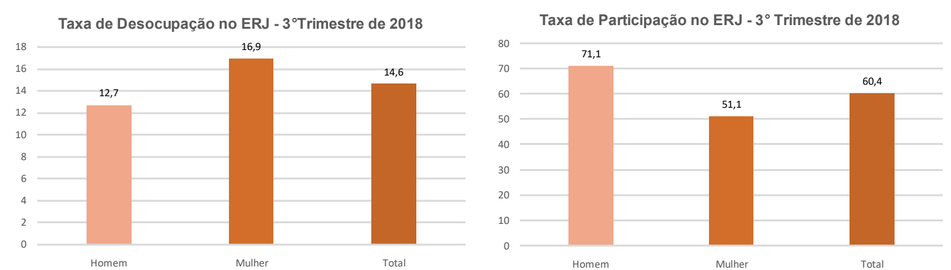
Em contrapartida, observando as taxas de desocupação nos últimos anos, o percentual de mulheres vem sendo superior ao dos homens ao longo de todo o período em voga, de 2012 a 2017. O indicador retrata a proporção entre o número de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho. Em 2012, a população feminina sofria com taxas de aproximadamente 9,5% de desocupação, passando a 17%, em 2017. No caso dos homens, a taxa era de 6%, em 2012, aumentando para 13%, também em 2017.

Gráfico 23: Taxa de Desocupação de pessoas de 14 anos ou mais no ERJ – 2012 a 2017



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Gráfico 24: Taxa de Desocupação e Taxa de Participação de pessoas de 14 anos ou mais no ERJ – 3º Trimestre de 2018



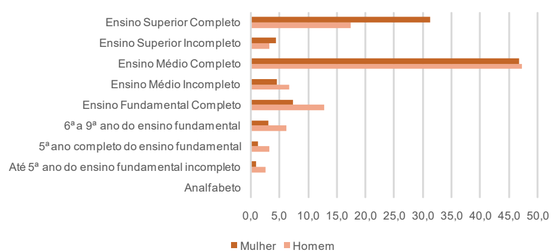
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Para fins de comparação mais recente, o gráfico 24 expõe informações referentes ao terceiro trimestre do ano de 2018. O quadro se mantém similar a 2017, com 17% de desocupação entre as mulheres e 13% no grupo dos homens. Porém, ao avaliar o indicador de "taxa de participação" no trimestre, medido pelo percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar, verifica-se a presença de 70% de homens ocupados entre a população em idade ativa. No caso das mulheres, essa proporção reduz a 51% de Taxa de Participação.

Além dessa condição desigual, os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho, mostra que a população masculina lidera a quantidade total de vínculos de emprego formal no estado. No entanto, esse padrão apresentará algumas variações ao levar em conta as distintas características e atributos do trabalhador.

Em relação a escolaridade, o maior percentual de vínculos com nível superior no ERJ estava entre as mulheres, em 2017. Ao todo foram 31% de trabalhadoras do sexo feminino com superior completo contra 17,4% de homens nessa condição. No caso dos vínculos com ensino médio, a relação entre homens e mulheres é bastante aproximada, com 47% dos vínculos masculinos possuindo médio completo e 46,7% de mulheres empregadas no mercado formal com o mesmo nível de escolaridade. Ao somarmos os grupos "ensino médio completo" e "superior completo" 78% das mulheres se situam nessa categoria de vínculo formal, 14 pontos percentuais acima dos trabalhadores homens, que contabililaram com 64%.

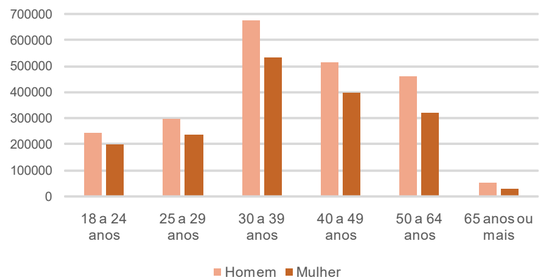
Gráfico 25: Proporção de Vínculos por sexo e escolaridade do Trabalhador no ERJ –2017



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS

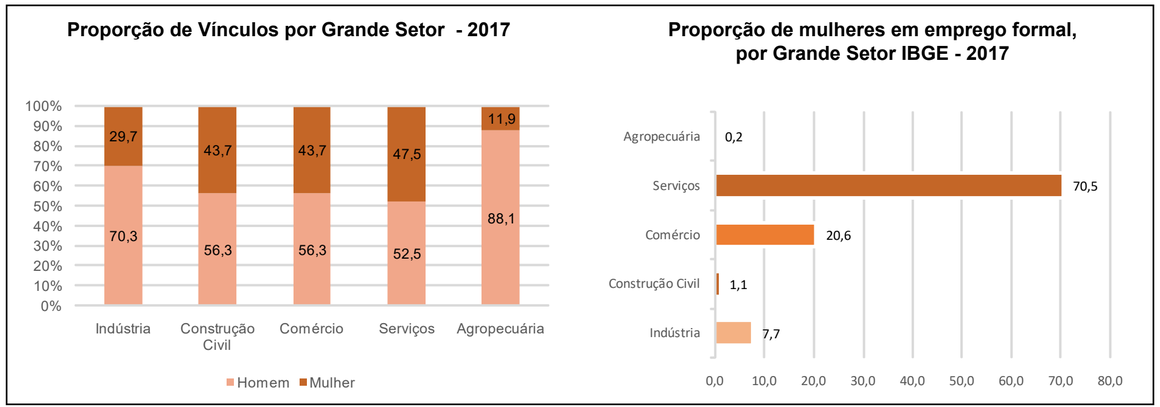
No contexto geral, em 2017, a quantidade de vínculos dos homens no mercado formal foi superior às mulheres em todas as faixas etárias, principalmente entre a população de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, segundo ilustra o gráfico 26. Mesmo as mulheres possuindo o grau de escolaridade superior aos homens, o mercado de trabalho formal permanece sendo ocupado em maior grau pelos trabalhadores do sexo masculino.

Gráfico 26: Quantidade de vínculos por sexo e faixa etária do trabalhador no ERJ –2017



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS

Gráfico 27: Proporção de Vínculos por Grande Setor e Proporção de mulheres no emprego formal no ERJ –2017



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS

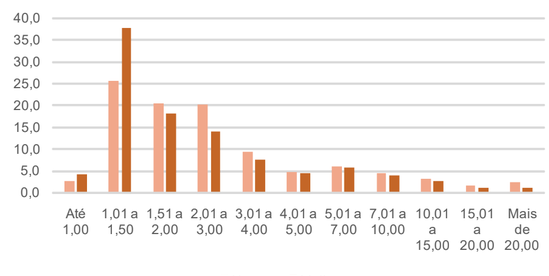
A análise baseada nos "Grandes Setores" econômicos traz novas distinções e características entre gêneros. A maior diferença está no setor agropecuário, em que as mulheres representavam apenas 12% dos trabalhadores, em 2017. Na indústria, as mulheres possuíam 29,7% de participação e nos segmentos da construção civil e do comércio, elas apareceram com 43,7%. Já o setor de serviço sugere um comportamento mais equilibrado, com as mulheres abarcando 47,5% do mercado, contra 52,5% dos homens.

Além disso, o setor de serviços é o que mais empregava os vínculos femininos na economia, chegando a 70,5% do universo formal, em 2015. O setor do comércio foi o segundo em empregabilidade, com 20,6% do total de vínculos. A indústria teve uma parcela importante de 7,7%, a construção civil, 1,1% e a agropecuária, somente 0,2%.

Direcionando, nesse momento, o olhar para a remuneração média e a renda, os dados da RAIS demonstraram uma situação de desigualdade na média salarial entre os sexos no ERJ. Enquanto, aproximadamente, 41% dos vínculos femininos foram de até 1,5 salários mínimos (SM), em 2017, apenas 28% dos vínculos masculinos estavam nesta faixa. Essa condição está claramente visível no gráfico 28, evidenciando que o grupo que recebe entre 1,5 a 4 SM, por exemplo, era composto, em sua maioria, por vínculos de trabalhos masculinos.

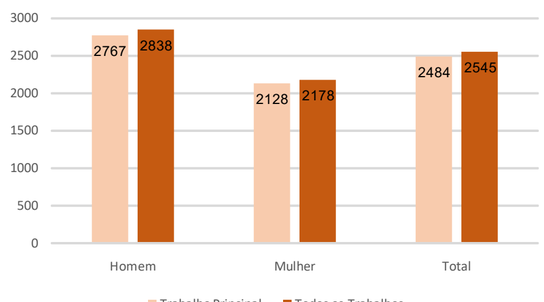
Já no terceiro trimestre de 2018, o rendimento médio real no trabalho principal (maior fonte de receita da família) para os homens foi de R$2.767 contra R$2.128 das mulheres, uma diferença negativa de R$ 639. Esse valor representa aproximadamente 67% do salário mínimo. Se considerarmos os rendimentos oriundos de todos os trabalhos (formal e informal), a diferença entre os sexos é ainda maior R$ 660, ou 69,2% do salário mínimo.

Gráfico 28: Proporção de vínculos, por sexo e faixa de remuneração média (SM) no ERJ –2017



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS

Gráfico 29: Rendimento Médio Real no ERJ – 3º Trimestre 2018

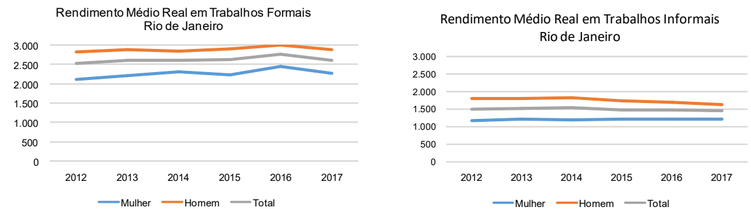


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Nota: Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.

De acordo com a PNAD Contínua, entre 2012 e 2016, apesar do aumento total da média salarial dos trabalhadores, não houve grande variação na diferença dos rendimentos entre homens e mulheres. No geral, o rendimento do emprego formal se manteve acima da média dos trabalhos informais, conforme indicado no gráfico 30. Em 2017, porém, observa-se uma queda nos rendimentos totais dos homens. No caso das mulheres há uma perda maior na categoria formal, com um pequeno ganho na renda de atividades informais, em 2017.

Gráfico 30: Rendimento Médio Real em Trabalhos Formais e Rendimento Médio Real em Trabalhos Informais no ERJ – 2012 a 2017



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Em síntese, no ERJ o cenário do emprego formal é dominado pelos homens. O trabalhador do sexo masculino se mostrou a maioria em todas as faixas etárias e grandes grupos econômicos do mercado. Da mesma forma, a condição do trabalho da mulher parece mais vulnerável às oscilações e crises econômicas, com uma elevação da taxa de desocupação nos últimos anos.

Os dados e informações também evidenciaram que para as mulheres participarem do mercado de trabalho formal elas necessitam alcançar maiores níveis de escolaridade, principalmente o ensino superior completo. Fato este, que contraditoriamente, não se reverte em maiores salários na comparação com a população masculina ocupada e em idade ativa.

Tendo como uma das características principais a empregabilidade maior no setor de serviços, as mulheres sofrem com rendimentos inferiores em relação aos homens, seja essa renda oriunda do trabalho principal formal, ou de atividades informais.

SEGURANÇA PÚBLICA

Nesta seção, o tema de segurança pública será explorado por dois aspectos. O primeiro está relacionado aos dados de registros de violência contra a mulher, cedidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do governo do ERJ. O segundo trata-se dos dados sobre a população carcerária feminina, coletados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN).

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com a série histórica dos registros realizados entre 2014 e 2017, vem ocorrendo uma diminuição no total de casos de violência contra mulher no estado[4]. Segundo a tabela 01, nota-se uma queda de 4.983 (2016/2017) casos de violência física no conjunto dos anos analisado, representada principalmente pelos delitos de lesão corporal dolosa. No entanto, os registros de tentativa de homicídio e feminicídio, além de não apresentarem queda, variaram positivamente entre 2016 e 2017.

Os casos de violência sexual também cresceram em 2017, somando 329 registros a mais em relação ao ano anterior. Verifica-se que esse aumento ocorreu por conta dos delitos de estupro e pela inclusão dos casos de ato obsceno conforme aponta o relatório Dossiê Mulher, do ISP[5].

[4] Por conta dos movimentos reivindicatórios de policiais civis nos primeiros meses de 2017, é possível que tenha existido algum impacto nas atividades de coleta, registros e sistematização de informações no período.

[5] "Foram agrupados na categoria de violência sexual os seguintes delitos: estupro e tentativa de estupro (Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009), assédio sexual (Lei 10.224, de 15 de maio de 2001), importunação ofensiva ao pudor (Lei das Contravenções Penais) e ato obsceno. (...)A inclusão dos casos de ato obsceno nesta edição, assim como fazemos desde a edição de 2016, visa à ampliação do espectro de análise dos casos popularmente entendidos como "assédio sexual", em especial daqueles praticados contra mulheres em ambientes públicos, meios de transportes e vias públicas. Esses, além do notório constrangimento e de caráter vexatório, são verdadeiros atentados contra a dignidade sexual das mulheres, assim como seu direito de ir e vir. Porém, esse tipo de violência ainda é banalizado socialmente." (DOSSIÊ MULHER, 2018, p. 49)

Tabela 1: Número de relatos de violência contra a mulher, segundo o tipo de delito, no ERJ – 2014 a 2017

Delitos	2014	2015	2016	2017	Total
Violência Física	57234	50283	45688	40705	193910
Homicídio doloso	420	360	396	381	1473
Feminicídio			16	68	84
Lesão corporal dolosa	56033	49281	44693	39641	189648
Tentativa de homicídio	781	642	599	683	2476
Tentativa de Feminicídio			42	187	229
Violência Moral	41509	36817	33028	26263	137617
Calúnia	2451	2149	2035	1579	8214
Difamação	4217	3565	3483	3082	14347
Injúria	34841	31103	27510	21602	115056
Violência Patrimonial	7319	6226	5823	4725	24093
Dano	3607	3033	2826	2383	11849
Supressão de documento	661	594	510	369	2134
Violação de domicílio	3051	2599	2487	1973	10110
Violência Psicológica	58058	49469	42954	34741	185222
Ameaça	57259	48832	42434	34348	182873
Constrangimento ilegal	799	637	520	393	2349
Violência Sexual	5311	4612	5114	5443	20480
Assédio sexual			126	125	251
Ato obsceno				194	194
Estupro	4725	4128	4013	4173	17039
Importunação ofensiva ao pudor			588	595	1183
Tentativa de estupro	586	484	387	356	1813
Total	169431	147407	132607	111877	561322

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP.

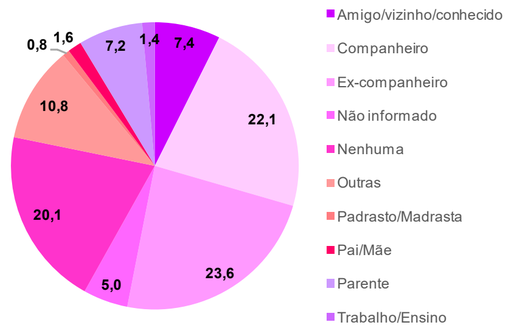
Nota: Os títulos Feminicídio e Tentativa de Feminicídio são, respectivamente, formas qualificadas de Homicídio Doloso e Tentativa de Homicídio

* Com exceção do homicídio doloso, os dados estão sujeitos a impacto dos movimentos reivindicatórios de policiais civis de janeiro a março de 2017.

No gráfico 31, descreve-se o percentual de relatos de violência segundo a relação da vítima com o agressor. Chama atenção o fato de 45,7% das denúncias, em 2017, terem sido feitas contra companheiros ou ex-companheiros. As relações com pais, padrastos e outro grau de parentesco somam 9,6%. Já os relatos a partir do ambiente trabalho/ensino são 1,4%. Finalmente, apenas 20,1% dos casos são tipificados como "nenhuma" relação entre agressor e vítima. Dessa forma, aproximadamente 80% dos casos de violência contra a mulher são produzidos por pessoas próximas, familiares ou conhecidos.

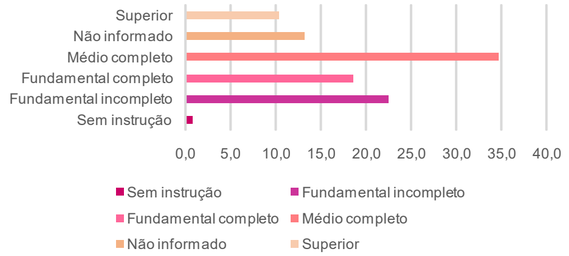
A correlação entre violência e escolaridade salienta que as vítimas que possuem o grau de formação igual ou superior ao ensino médio completo representam aprox. 45% dos apontamentos realizados, enquanto 42% das mulheres que relatam sofrer algum tipo de violência possuem somente até o nível fundamental completo.

Gráfico 31: Percentual de relatos de violência contra a mulher, segundo a relação da vítima com o agressor, no ERJ - 2017



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP.

Gráfico 32: Percentual de relatos de violência contra a mulher, segundo a escolaridade da vítima, no ERJ – 2017

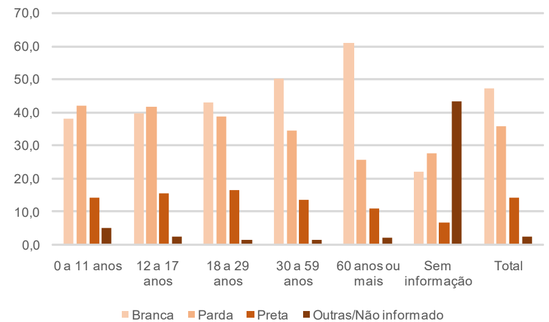


Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP.

Cruzando as informações entre idade e cor da vítima, em 2017, o maior percentual de casos de violência registrados no ERJ foi na faixa de 60 anos ou mais, com maior incidência entre as mulheres que se autointitularam brancas.Nesses casos, parte da literatura aponta alguns elementos que condicionam tal fenômeno. A violência física contra pessoas idosas tem na dificuldade financeira e nos conflitos entre gerações parte de suas causas; enquanto as formas de negligência estariam mais atreladas ao grau de dependência do agressor em relação ao idoso, e também associadas ao abandono e internações (CASTRO, RISSARDO, CARREIRA, 2018).

Já nas outras faixas etárias, os maiores índices do estado ocorreram entre 18 e 59 anos, com maior incidência de registro entre mulheres brancas. Por outro lado, há um comportamento distinto nas agressões contra a população feminina jovem, de 0 a 17 anos, cujo maior percentual está no grupo de mulheres classificadas como pardas (e negras).

Gráfico 33: Percentual de relatos de violência contra a mulher, segundo a cor e a faixa etária da vítima, no ERJ - 2017

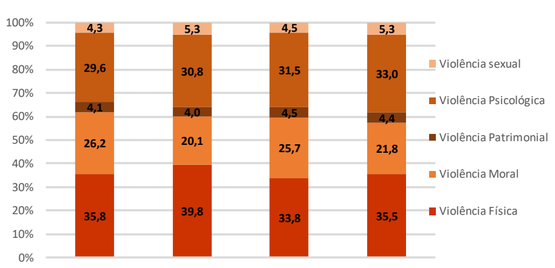


Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP.

Direcionando o olhar para as Regiões de Segurança Pública (RISP) do ERJ - recorte regional adotado pelo ISP -, é possível identificar diferentes padrões espaciais nas ocorrências de violência. Em termos gerais, a violência física é o tipo com o maior percentual em todas as RISPs do estado. Porém, na comparação entre as regiões, somente a Baixada Fluminense apresentou internamente, em 2017, 40% de casos de violência física.

Em relação à violência moral, as maiores proporções concentram-se nas RISPs Capital e Grande Niterói (Gráfico 34). Enquanto no Interior os indicadores mais acentuados são de Violência Psicológica e Sexual, este último chegando a superar os 5% de registros, em 2017.

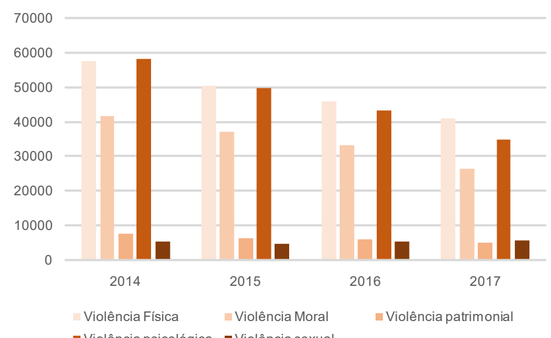
Gráfico 34: Percentual de relatos de violência contra a mulher, por região do ERJ - 2017



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP.

Totalizando os registros no ERJ, entre 2014 a 2017, as violências física e psicológica representaram a maior parte dos eventos no período (gráfico 35). Observa-se, contudo, que os números absolutos vêm caindo ao longo dos últimos anos, com exceção para os casos de violência sexual, que mantiveram os mesmos patamares durante os anos. Por fim, em 2015, os relatos de violência física ultrapassaram as incidências de violência psicológica, permanecendo assim nos anos subsequentes.

Gráfico 35: Número de relatos de violência contra a mulher, segundo o tipo de violência, no ERJ – 2017



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP.

Por fim, os dados publicados pelo ISP relativo à violência contra as mulheres mostram uma redução no total de registros no ERJ. Contudo, a série histórica em análise constata um padrão pouco alterado no tipo violência sexual, diferentemente dos demais, que sofreram quedas nos últimos anos.

Em relação às denúncias, grande parte foi feita por mulheres que se autodenominaram brancas e possuidoras de ensino médio e superior completo. Outro ponto relevante é a correlação entre o agressor e a vítima. Aproximadamente 80% dos casos de violência são efetuados por companheiros, parentes ou pessoas conhecidas.

Já o percentual de agressões registradas por mulheres idosas e brancas é muito superior às demais faixas etárias, possivelmente fruto do conflito geracional, dependência financeira ou simples abandono por parte da família. No caso de violência na população feminina jovem, as maiores incidências estão nas mulheres classificadas como pardas e negras.

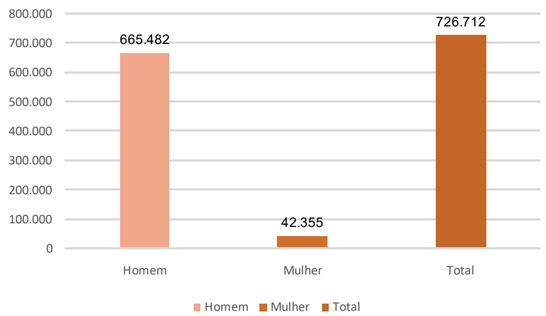
Todos esses fatores agregados sugerem que a condição socioeconômica da mulher fluminense esteja implicando nos diferentes níveis de vulnerabilidade à violência e atuando como barreira à assistência social, à informação e a própria rede de atendimento especializado no campo da segurança pública.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA

As informações disponíveis para o tema "população carcerária feminina" devem ser tratadas com cuidado, pois verificou-se que os dados disponíveis no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN[6], do Ministério da Justiça, apresentam algumas inconsistências em relação ao Estado do Rio de Janeiro, especialmente nos itens sobre saúde da população feminina em unidades prisionais. Em 2016, no INFOPEN, por exemplo, não há informações para o estado relacionadas ao total de atendimentos médicos realizados, à taxa de mulheres com agravos nas unidades prisionais, à taxa de mortalidade e número de filhos presentes nos estabelecimentos penais.

Partindo, porém, do que consta em termos de indicadores e valores absolutos no sistema prisional, há uma grande diferença de proporção entre homens e mulheres privados de liberdade no Brasil. Em 2016, o número de presos do sexo masculino foi bastante superior.

Gráfico 36: Pessoas privadas de liberdade no sistema prisional e em carceragens de delegacias – Brasil – Junho de 2016



Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen. Dados consolidados para a série histórica.

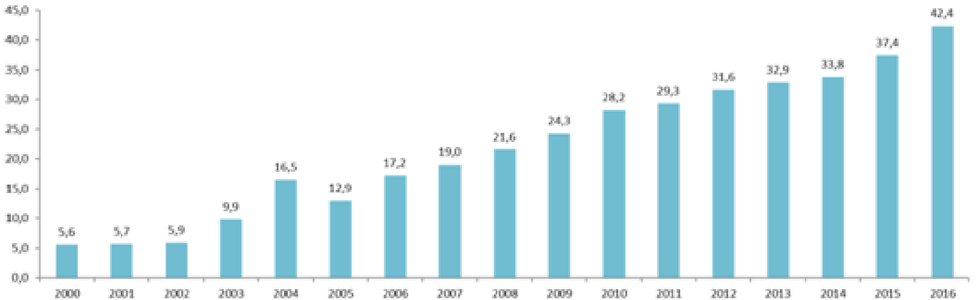
(1) Informação sobre pessoas custodiadas em carceragens de delegacias enviada por ofício ao Departamento Penitenciário Nacional.

(2) Informação sobre pessoas custodiadas em carceragens de delegacias: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Publicado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2015.

[6] Disponível em: http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias

Apesar disso, a evolução do quantitativo de mulheres privadas de liberdade tem crescido significativamente entre 2000 e 2016, no Brasil. No gráfico 37, a taxa de encarceramento feminino, em 2000, foi de 5,6, para cada 1 mil mulheres. Em 2016, o indicador subiu para 42,4 por 1 mil mulheres. É possível, contudo, que parte desse crescimento tenha relação com a melhora dos registros e dos sistemas de informação ou, ainda, na reestruturação da administração penitenciária nas unidades da federação.

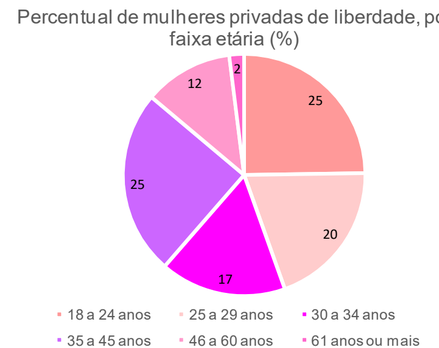
Gráfico 37: Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) – Brasil – 2000 a 2016

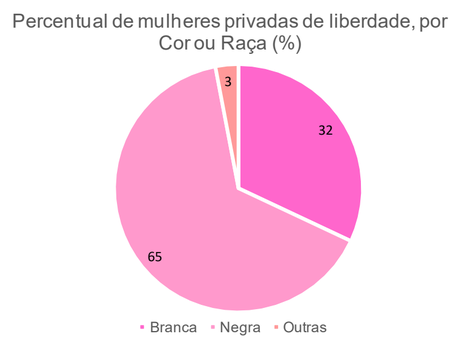


Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen. Dados consolidados para a série histórica.

No Estado do Rio de Janeiro, de acordo com os dados do Ministério da Justiça, o total de população carcerária feminina aumentou de 2.121, em 2015, para 2.254, em 2016. Porém, analisando as características das presas por idade, observa-se que o maior percentual está concentrado na faixa entre 18 a 29 anos, com 45% do total. A população de 30 a 45 anos representa 42% de presas no estado, enquanto o grupo de 46 a 60 anos soma 2% e a população acima de 60 anos apenas 2%. Na categoria por cor ou raça, 65% da população carcerária feminina é negra e 32% branca.

Gráfico 38: Percentual de mulheres privadas de liberdade, por faixa etária e Percentual de mulheres privadas de liberdade, por cor ou raça, no ERJ – Junho de 2016

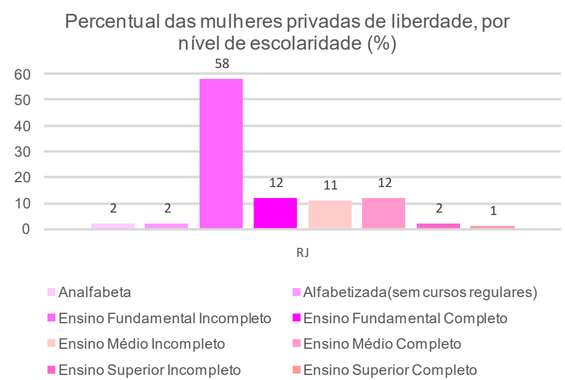




Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

Em relação ao nível de escolaridade da população feminina carcerária, as presas com o ensino fundamental incompleto abarcam 58% das mulheres privadas de liberdade no estado. As classificadas como analfabetas ou alfabetizadas sem cursos regulares contam com o mesmo percentual, 2% cada. As mulheres com nível superior completo representam apenas 1% da população carcerária fluminense. Os valores para os níveis de escolaridade ensino fundamental completo, médio incompleto e médio completo são 12%, 11% e 12%, respectivamente.

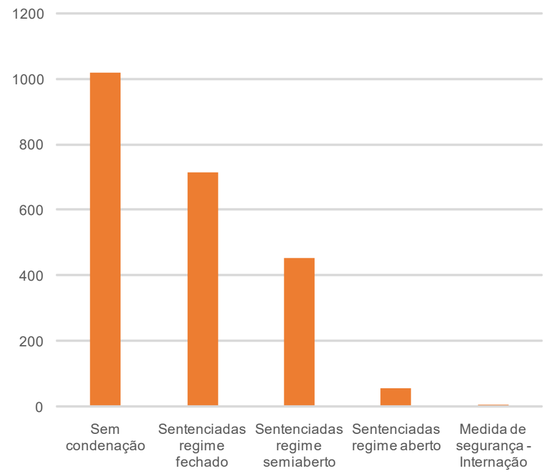
Gráfico 39: Percentual de mulheres privadas de liberdade, por nível de escolaridade, no ERJ – Junho de 2016



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

Outro fator importante para se pensar a qualidade do sistema penal brasileiro é a correlação entre mulheres presas com ou sem condenação. No total de 2.254 mulheres privadas de liberdade no ERJ, 1.021 mulheres permaneciam sem condenação, em 2016, ou seja, 45% dos casos. Do conjunto de sentenciadas, 716 está em regime fechado - 58% das presas -, 454 em regime semi aberto, 56 sentenciadas em regime aberto e 07 mantidas em internação por medida de segurança.

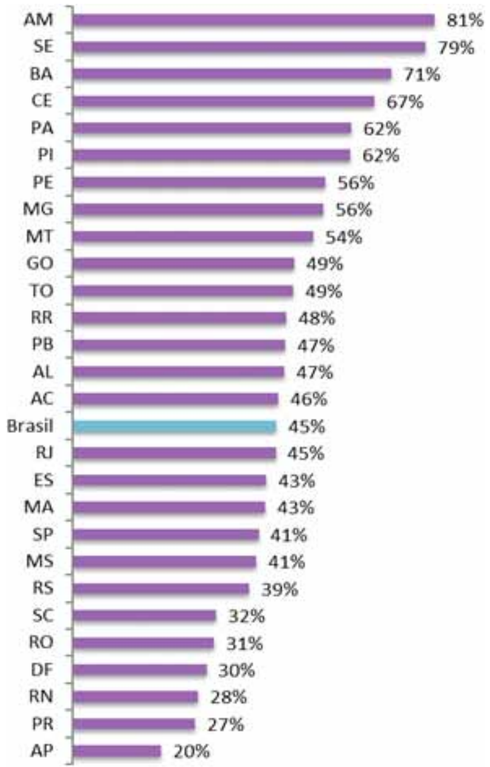
Gráfico 40: Mulheres privadas de liberdade, por natureza da prisão e tipo de regime, no ERJ – Junho de 2016



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

No comparativo com as demais unidades da federação do país, o ERJ ocupava, em 2016, a 16ª posição em termos de porcentagem de presas em condição de "sem condenação".Os valores ficaram próximos a média nacional, que é de 45%. Os maiores percentuais estão no Amazonas e no Sergipe; e os menores são do Amapá e Paraná. Na Região Sudeste, o ERJ fica atrás apenas de Minas Gerais, que obteve 56%.

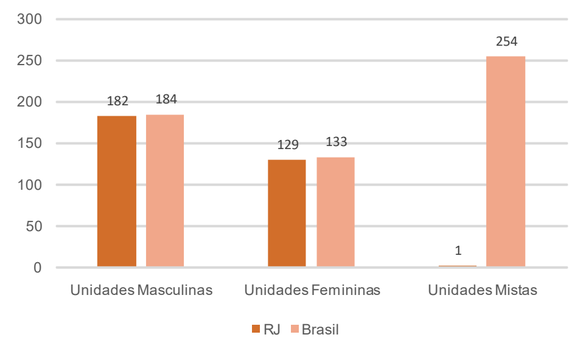
Gráfico 41: Taxa de presas sem condenação por Unidade da Federação – Brasil – Junho de 2016



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

A taxa de ocupação no sistema prisional, no Rio de Janeiro, em 2016, ultrapassou a capacidade máxima prevista tanto para as unidades femininas quanto as masculinas. No caso das unidades femininas, a taxa de ocupação foi de 129%, frente a 182% entre os homens. Nos equipamentos considerados mistos no estado, encontra-se apenas 1% de sua capacidade ocupada[7], porém, representados aqui exclusivamente por sanatórios penais. No padrão brasileiro, contudo, há 254% de ocupação em unidades mistas, 184% das unidades masculinas e 133% nas femininas.

Gráfico 42: Taxa de ocupação no sistema prisional, de acordo com a destinação do estabelecimento prisional – ERJ e Brasil – Junho de 2016

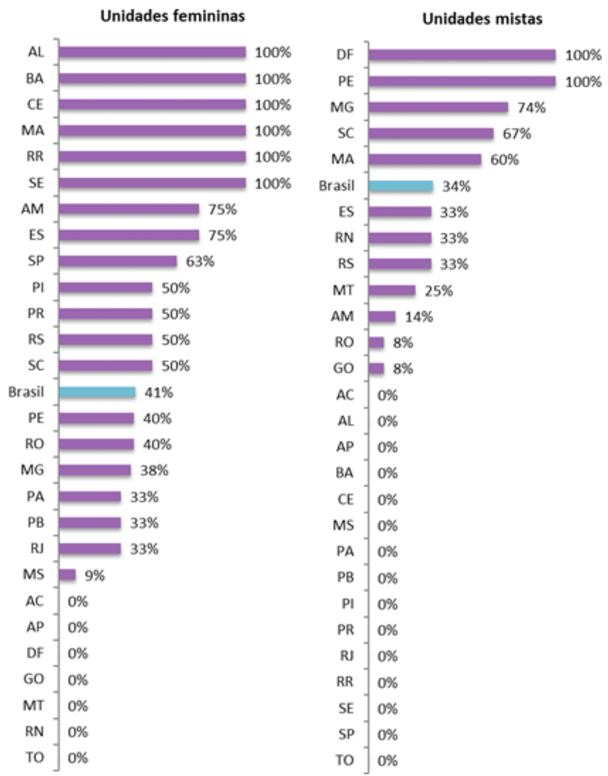


Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

[7]São as unidades: Instituto de Perícia Heitor Carrilho e o Sanatório Penal (SEAPSP)

O percentual de unidades prisionais femininas com locais específicos para visitas íntimas foi de 33%, no ERJ, em 2016. Os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Roraima e Sergipe possuem locais específicos para visita íntima em 100% das unidades prisionais femininas. O percentual de 100% também é verificado para os estabelecimentos penais mistos do Distrito Federal e de Pernambuco.No Brasil o percentual é de 41% nas unidades femininas e de 34% nas unidades mistas.

Gráfico 43: Percentual de estabelecimentos penais com local específico para visita íntima, por Unidade da Federação – Brasil - Junho de 2016



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

De acordo com os dados do INFOPEN, no caso da assistência à gravidez, existiam 350 lactantes no sistema penitenciário no país, em 2016, sendo 20 casos no ERJ. Além disso, dois estabelecimentos penais no estado possuíam celas adequadas para gestantes, cerca de ¼ das unidades. No Brasil, esse percentual é menor, chegando apenas a 16%, ou ainda, 55 estabelecimentos penais (Tabela 02). Quanto ao número de berçários e centros de referência materno-infantil, havia apenas um estabelecimento em todo o estado com essa estrutura, com capacidade de atendimento até 20 crianças. No Brasil, em 2016, a estrutura comportava 49 unidades, com uma capacidade de atendimento de 467 bebês.

Tabela 2: Mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade – ERJ e Brasil - Junho de 2016

UF	Quantidade de Gestantes	Quantidade de Lactantes	Estabelecimentos penais que têm berçário	%	Capacidade de bebês	Estabelecimentos penais que têm cela/dormitório adequado para gestantes	
RJ	Não Informado	20	1	13%	20	2	25%
Brasil	536	350	49	14%	467	55	16%

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016.

Concluindo, é preciso ressaltar a possibilidade de divergências em relação às informações publicadas na base de dados do INFOPEN e o que de fato se encontra presente na estrutura físico-administrativa do sistema penal do Estado do Rio de Janeiro. Contudo, observando os indicadores disponíveis, evidenciou-se nos últimos anos um aumento no número de mulheres privadas de liberdade no estado.

No conjunto da população carcerária fluminense, 64% das mulheres não concluíram o ensino fundamental e a grande maioria é formada por jovens negras. Além disso, do total de detentas, 45% estão presas sem qualquer tipo condenação, valor similares à média nacional.

No tocante à estrutura carcerária do estado, apenas 33% contam com locais específicos para visita íntima e somente 25% das unidades possuem celas adaptadas para gestantes e lactantes. No ERJ, em 2016, os dados do Ministério da Justiça apontavam para a existência de apenas um berçário no sistema prisional fluminense.

APONTAMENTOS FINAIS

Para efeito de conclusão do presente estudo foi organizado uma síntese com os principais pontos e características socioeconômicas da realidade das mulheres no Estado do Rio de Janeiro. Sabendo que essa coleção de informações exposta ao longo deste documento representa apenas uma pequena parte das multiplas dimensões do universo feminino, o intuito final aqui empreendido é o incentivo ao debate público sobre gênero, contando a partir de agora com uma base mínima de dados estatísticos e variáveis temáticas .

Sendo uma proposta de publicação periódica, o **Boletim Mulheres Fluminenses** espera contribuir para manter vivo os questionamentos tanto na sociedade como na administração pública estadual a respeito da real condição de desigualdade social e econômica enfrentadas pelas mulheres, seja no acesso ao mercado de trabalho, à educação e à saúde, seja devido aos elevados níveis de vulnerabilidade às diferentes formas de violência.

Apontamentos e síntese final

DEMOGRAFIA

• Mulheres representam 52,6% da população total do ERJ
• A população feminina acima de 60 anos é 1,4 vezes superior à população masculina
• Taxa de Fecundidade Total (TFT) é de 1,74 filho por mulher
• As médias de "esperança de vida ao nascer" são de 79,7 anos para as mulheres e 73 anos para os homens
• Atributo cor ou raça da população das mulheres fluminenses: 44,7% brancas, 41,7% pardas e 13,6% pretas
• Total de mulheres que se colocaram como responsáveis por suas famílias: 32% da população feminina
• Na maioria dos lares chefiados por mulheres, elas são as únicas a prover com as necessidades da casa.

EDUCAÇÃO

• As mulheres possuem tanto as maiores taxas de Analfabetismo como de Frequência Escolar
• As mulheres representam metade das matrículas na rede de ensino superior e 60% do total de concluintes
• Os pesquisadores homens detêm a maior parte dos financiamentos de produtividade e pesquisa no Brasil (64,5%) e no Exterior (79%)
• Mulheres são maioria no número de docentes no ERJ

SAÚDE

• O acompanhamento pré-natal adequado é maior entre as mulheres brancas (77,9) e menor entre mulheres pretas (62,1)
• Proporção da mortalidade materna é de 47,8% entre pardas, 21% em mulheres pretas e 29,9% em brancas
• Quantidade de mortes entre as mulheres é maior para doenças do aparelho circulatório, neoplasias e doenças do aparelho respiratório
• Aumento dos casos de mortalidade por câncer de mama nos últimos anos
• A faixa etária de 50 a 59 anos possui as maiores incidências de morte por Câncer de Mama e Câncer do Colo de Útero
• A média de mamógrafos por 100 mil/hab é de 3,34 no ERJ e de 1,00 no SUS

MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

• Nas eleições de 2016, foram eleitas 8,13% vereadoras e 9,7% prefeitas no ERJ
• Deputados estaduais eleitos em 2018: 12 mulheres e 58 homens
• Deputados federais eleitos em 2018: 10 mulheres e 36 homens
• Senadores eleitos em 2018: 02 homens
• A quantidade de vínculos na Administração Pública do ERJ é majoritariamente formada por homens, impulsionada pelo setor de Segurança Pública

MERCADO DE TRABALHO

• Taxa de ocupação no ERJ, em 2017:67,7% homens; 64,7% mulheres
• Pessoas ocupadas no setor privado:saldo positivo de 1,2 milhões de homens em relação às mulheres
• Taxa de desocupação no ERJ, em 2017: 17% mulheres e 13% homens
• Taxa de Participação no mercado de trabalho, no 3° trimestre de 2018: 70% entre os homens e 51% entre as mulheres
• Empregos Formais: 31% de mulheres com ensino superior; 17,4% de homens empregados com superior completo
• 70,5% das mulheres com empregos formais estão no setor de serviços e 20,6% no Comércio
• Os homens recebem em média R$660 a mais que as mulheres na soma de todas os tipos de trabalho (3° Trimestre de 2018)

SEGURANÇA PÚBLICA

Violência contra a mulher

• Diminuição no total de relatos de violência contra a mulher, entre 2014 e 2017; aumento dos casos de tentativa de homicídio e de estupro em 2017
• Aproximadamente 80% dos agressores são companheiros, parentes ou pessoas conhecidas
• O maior percentual de casos registrados é de vítimas de cor branca, para todas as faixas. Entre 0 a 17 anos, há mais vítimas de cor parda
• A partir de 2015, os relatos de violência física superam os de violência psicológica em todo o estado

População carcerária feminina

• 0,5 milhão de presidiárias no país, em 2016. A população carcerária do ERJ foi de 2.254 detentas
• 45% da população carcerária feminina têm entre 18 e 29 anos
• Na categoria de cor ou raça, 65% da população carcerária feminina é negra
• 58% têm apenas o ensino fundamental incompleto
• 45% das mulheres permaneciam presas sem condenação no ERJ
• Taxa de ocupação no sistema prisional do estado é de 129% entre as mulheres
• Apenas 25% dos estabelecimentos penais femininos e mistos do ERJ possuem celas adequadas às gestantes e lactantes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIN, Thaísa B. **Violência doméstica contra a mulher**: percepções sobre violência em mulheres agredidas. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008;

BRASIL. **Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Lei Eleitoral, Brasília, DF, set 1997;

_____.**RASEAM**: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília: Secretaria de Políticas Para as Mulheres, 2015;

_____. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. **INFOPEN Mulheres.** Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017;

CASTRO, Vivian Carla de; RISSARDO, Leidyani Karina; CARREIRA, Lígia. Violência contra os idosos brasileiros: uma análise das internações hospitalares. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 2, p. 777-785, 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000800777&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 fev. 2019;

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Indicadores de Pesquisa**, 2015;

DATASUS. **Departamento de Informática do SUS**. Ministério da Saúde;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento. Subsecretaria de Gestão de Pessoas. **Caderno de Recursos Humanos**. Rio de Janeiro, dez., 2018;

_____. **Análise dos aspectos sociais da qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro**. Fundação CEPERJ. Rio de Janeiro, 2018;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** 2017. Rio de Janeiro, 2017;

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018**. Rio de Janeiro, 2018;

_____. **Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: www.ibge.gov.br, 2014;

_____. **Estatísticas de Gênero**: Censo Demográfico 2010. 2014;

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2017**. Brasília, 2018;

_____. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Superior 2017**. Brasília, 2018;

ISP. Instituto de Segurança Pública. **Dossiê Mulher 2018**. Rio de Janeiro, 2018;

RIO GRANDE DO SUL.**Mulheres Gaúchas**: indicadores de gênero. Porto Alegre: Secretaria de Políticas Para as Mulheres do Rio Grande do Sul, 2014;

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho. Brasília, 2018;

RIFFEL, Sonia M; MALACARNE, Vilmar. **Evasão Escolar no Ensino Médio**: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina – PR. Secretaria de Educação do Paraná. Paraná, 2010. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf. Acesso em fev. 2019;

RIPSA. Rede Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações. Brasília: Ripsa; Organização Pan-Americana da Saúde, 2. ed. 2008;

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Perfil do Eleitorado 2016. Brasília, 2016;
_____. **Perfil do Eleitorado 2018**. Brasília, 2018.

ANEXO I - Lista de Temas e Variáveis

DEMOGRAFIA

População total, por sexo
Esperança de vida ao nascer, por sexo
População com 60 anos ou mais, por sexo
População feminina, por cor ou raça
Distribuição percentual de mulheres, por condição nos domicílios
Distribuição percentual de domicílios chefiados por mulheres, por espécie de unidade doméstica

EDUCAÇÃO

Taxa de analfabetismo, por sexo, segundo os grupos de Idade
Taxa de escolarização, por sexo, segundo os grupos de idade
Taxa ajustada de frequência escolar, por sexo, segundo os grupos de idade
Bolsas-ano de Produtividade em Pesquisa, distribuição percentual por sexo, segundo a categoria / nível
Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais
Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais
Funcionários Técnico-Administrativos nas instituições de ensino
Docentes nas instituições de ensino

SAÚDE

Proporção de nascidas/os vivas/os por parto cesáreo, segundo os grupos de idade materna
Distribuição percentual da mortalidade materna por cor ou raça
Distribuição percentual da mortalidade materna por tipo de causa obstétrica
Mortalidade de doenças mais frequentes entre a população do sexo feminino
Mortalidade de mulheres por Câncer de Mama e Câncer de Colo do Útero
Quantidade de mamógrafos disponíveis no Estado e quantidade de mamógrafos SUS

MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Mulheres eleitas para mandatos nas Câmaras de Vereadores, nas Prefeituras, na Câmara de Deputados e Senado
Total de vínculos de servidores do Estado por sexo, da administração direta e indireta

MERCADO DE TRABALHO

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas
Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas em empregos formais
Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas no setor privado
Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas como conta própria ou empregador
Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade
Taxa de participação das pessoas de 14 anos ou mais de idade
Número de vínculos empregatícios por grande setor (classificação do IBGE)
Número de vínculos empregatícios por escolaridade do trabalhador
Número de vínculos empregatícios por faixa etária do trabalhador
Número de vínculos empregatícios por faixa de remuneração média (SM) do trabalhador
Rendimento médio real total, em trabalhos formais e informais, habitualmente recebido por mês

SEGURANÇA PÚBLICA

Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo o tipo de violência
Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo a relação do agressor com a vítima
Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo o local do registro (delegacias especializadas)
Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo a região do estado
Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo a cor e a escolaridade da vítima
População prisional feminina
Quantidade de vagas destinadas a pessoas privadas de liberdade do sexo feminino, por tipo de regime
População carcerária feminina por faixa etária
População carcerária feminina por cor ou raça
População carcerária feminina por nível de escolaridade
População carcerária feminina sem condenação
Taxa de ocupação no sistema prisional
Estabelecimentos penais com local específico para visita íntima
População carcerária feminina gestante e lactante

Referências iconográficas

CAPA
https://www.google.com.br/search?biw=1536&bih=710&tbm=isch&sa=1&ei=qXR8XPziE6WH0Abp8pWYDw&q=foto+de+multid%C3%A3o+de+mulheres+&oq=foto+de+multid%C3%A3o+de+mulheres+&gs_l=img.3...202052.209249..209421...0.0..0.108.1335.1j12.....1....1..gws-wiz-img.UHCiZzIT-Cs#imgrc=Fxks8hBi2N7yVM:

Páginas 15 e 55
https://www.google.com/search?q=fotos+de+marielle+franco&rlz=1C1JZAP_pt-BRBR729BR729&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=wwPuvu4xXFCe3M%253A%252Ca8xIEERODK8SPM%252C_&usg=AI4_-kRTtkXtxvX_nnTvC1fug7e6-ZWX-w&sa=X&ved=2ahUKEwivsuKbu97gAhWQJ7kGHYyYAWcQ9QEwBnoECAUQEA#imgrc=wwPuvu4xXFCe3M:

Página 7 | DEMOGRAFIA
https://www.google.com/search?q=mulheres+na+rua&rlz=1C1JZAP_pt-BRBR729BR729&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjZhOGswN7gAhVoJ7kGHQM5BREQ_AUIDigB&biw=2133&bih=986#imgrc=Vt2_ZTjxlRVFXM:

Página 14 | EDUCAÇÃO
Wilson Dias - Agência Brasil

Página 29 | MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
https://www.napratica.org.br/infografico-interativo-lideranca-feminina-mulheres-trabalho/

Páginas 41, 47, 48, 51 e 52 | MULHERES ENCARCEIRADAS
https://www.google.com/search?biw=2133&bih=986&tbm=isch&sa=1&ei=qNp3XPHvKfXZ5OUPy46DgA0&q=fotos+de+mulheres+encarceradas&oq=fotos+de+mulheres+encarceradas&gs_l=img.3...170569.173319..175230...0.0..0.113.1223.7j5.....1....1..gws-wiz-img.XufOpW0jm8Q#imgrc=DJzolMTT1cL0GM:

Página 45
https://www.google.com/search?q=fotos+de+mulheres+fluminenses&tbm=isch&tbs=rimg:CW2hNh6uylHvIjgMWKBw8ggEKOWbsQl1UQn_14bdht-lG7xIT5InHpS9aZWAOYpqmshZPK1hu4uTJEeSWX7Kye6TrOyoSCQxYoHDyCAQoEYoAlTH4L-UKKhIJ5ZuxCXVR-Cf8Rv6KnjUPFZrwqEgnht2G36UbvEhFv4IThRC6nTSoSCRPkicelL1pIEfdEyJjBykK7KhIJYA5imqayFk8RLmmMsaoe04gqEgkrW-G7i5MkR5BE7soN0lPnCUCoSCZZfsrJ7pOs7ERK2fnGbM0J0&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwiMklzjvN7gAhViIbkGHT_sDUYQ9C96BAgBEBs&biw=2133&bih=986&dpr=0.9#imgrc=C7xp5SaBemc_vM: